

ABERTURA DA SESSÃO

Aos vinte e nove dias do mês de Agosto do ano de dois mil e oito, na Vila de Nisa e Auditório da Biblioteca Municipal, realizou-se uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Nisa, convocada pelo Presidente da respectiva Mesa, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do Artº 54º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e para cumprimento do determinado na alínea b) do nº 1 do Artº 50º da referida Lei, com a nova redacção que lhe é dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do Edital Nº 5/2008, datado do dia 21 de Agosto de 2008, enviado a todos os Eleitos através do Ofício Nº 012/2008-AM, da mesma data e à qual compareceram os seus membros, José da Cruz Curado Polido, Arménio de Pina Morais de Almeida, Júlio Almeida Pires, Marco António Barreto Lourenço de Oliveira, José Manuel Tremoço Barreto, Joaquim Marques Rodrigues, Mário Rui de Gouveia Macedo, Joaquim Maria da Costa, Florinda João Requeixa Ribeiro Fortunato, António Manuel Caldeira Valente, Armando Manuel Maria Vieira Luís, Adelino José Polido Temudo, Francisco Rogério Cardoso Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo), Artur da Rosa Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Arez), Fernando Serralha Carita Marquês (Presidente da Junta de Freguesia do Espírito Santo), António dos Remédios da Costa (Presidente da Junta de Freguesia de Montalvão), João José Cabim Malpique Rufino (Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça), Francisco Boleto São Pedro (Presidente da Junta de Freguesia de Santana), João Vicente Ferrer (Presidente da Junta de Freguesia de São Matias), José Miguéns Louro Hilário (Presidente da Junta de Freguesia de São Simão) e Ilda Maria da Cruz Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa).

Não compareceram a esta Sessão, os Eleitos João Eduardo Miguéns Serralha, Gilberto Mourato Canilhas Manteiga, João Carlos Nabais Pinto e José Lopes Duarte Baião (Presidente da Junta de Freguesia de Alpalhão), pelas razões transcritas no Ponto 4 da presente Acta.

E, como se encontravam em número legal para se constituir em reunião, nos termos do que dispõe o nº 1 do Artº 89º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, foi a Sessão declarada aberta pelo Presidente da respectiva Mesa, Sr. José da Cruz Curado Polido, quando eram quinze horas e vinte minutos.

Estiveram, ainda, presentes a esta Sessão da Assembleia Municipal de Nisa, por parte do Executivo e conforme nºs 1 e 3 do Artº 48º da antes citada Lei nº 169/99, a Presidente da Câmara, Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto e a Vereadora Maria de Fátima Dinis Carita Moura, a fim de poderem prestar os esclarecimentos julgados necessários, relativamente aos assuntos agendados.

Procedeu-se, de seguida, à leitura da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, a qual é a constante do Edital Nº 5/2008, com data de 21 de Agosto de 2008, já antes referido e previamente enviada a todos os membros desta Assembleia Municipal através do Ofício Nº 012/2008-A.M., da mesma data e também anteriormente mencionado, para cumprimento do disposto no nº 1 do Artº 49º da também citada Lei nº 169/99, passando-se à análise e discussão, tendo em vista a sua eventual aprovação, dos assuntos na mesma referenciados, tendo as respectivas Deliberações sido tomadas ao abrigo do que dispõe o nº 1 do Artº 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, como para cada uma a se indica.

Ponto Nº 1 – DF – Deliberação Nº 42/2008

Autorização para a contratação de um empréstimo de longo prazo para complemento ao investimento do “Centro de Internamento e Balneário do Complexo Termal da Fadagosa de Nisa, até ao valor de 650.000,00€”.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa deu a palavra à Presidente da Câmara para fazer uma introdução e explicar qual o conteúdo deste processo, sendo que a mesma começou por

explicar as razões que levaram ao pedido de marcação da presente Sessão, nomeadamente as situações que tiveram a ver com a aquisição dos terrenos para o Complexo Termal da Fadagosa, referindo que a mesma não estava contemplada nas Grandes Opções do Plano do Município de Nisa para o Ano de 2008 porque estava pendente uma decisão judicial, porquanto os proprietários dos terrenos haviam posto o Município de Nisa e o próprio Estado em tribunal, por não concordarem com os valores atribuídos para efeitos de expropriação. Prestou, ainda, algumas informações sobre a nova “mecânica” de atribuição de verbas através de programas comunitários, referindo que aquelas que são atribuídas a municípios que não procedam à apresentação de candidaturas e que, por conseguinte, não realizem as obras, poderão vir a ser disponibilizadas para os que cumpram com tudo isto.

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por solicitação da Presidente da Câmara, a Chefe da Divisão Financeira procedeu à apresentação técnica, em simultâneo, dos dois pedidos de contracção de empréstimo, prestando informação pormenorizada desde a abertura dos respectivos concursos até à presente fase, nomeadamente as razões que levaram o Executivo a preferir a proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos.

O Eleito Marco Oliveira, referiu-se, antes de mais, à ausência do Vereador João da Costa e de alguns Eleitos do PSD. Disse, depois e face a um documento disponibilizado à Assembleia, relativo à obra do novo Complexo Termal da Fadagosa, que o mesmo deverá ser a resposta, por escrito, a questões que havia colocado. Mesmo assim, acha que se nota uma manifesta falta de explicações aos membros da Assembleia Municipal, por parte da Câmara. Disse que não compreende como é possível estar a abrir-se, neste altura, concursos para fornecimento de equipamentos para as Termas e pensar-se já na abertura do complexo para finais de Setembro do ano em curso, uma vez que o espaço de tempo é manifestamente curto.

O Eleito Arménio Morais também acha que a documentação que chega aos membros da Assembleia é muito escassa, embora entenda que estes empréstimos são necessários. Referiu que todos os eleitos aqui presentes fizeram campanha a falar nas Termas, por se entender ser um pólo de grande importância para o Concelho de Nisa, a todos os níveis, razão pela qual “perdoa” a falta de documentação. Acha fundamental que as Termas abram e que não se diga que “A”, “B” ou “C” “fizeram as termas de Nisa”, pois isto é um projecto de todos e de há muito tempo, lembrando também o contributo e a importância que o Prof. José Moura sempre demonstrou por este projecto. Solicitou que não se façam aberturas mais ou menos apressadas. Vamos abrir as Termas com qualidade e alegria.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que concordava com a posição do Eleito Marco Oliveira sobre a entrega da documentação hoje e aqui na Sessão, solicitando à Presidente da Câmara que veja se consegue fazer entrega dos documentos atempadamente. Já quanto à referência à falta do Vereador João da Costa, disse que o mesmo tem todo o direito de gozar férias, como qualquer outro trabalhador, pensando que os elementos do Executivo que estão hoje aqui presentes, são suficientes para esclarecer o Plenário, se tal for necessário e quanto aos Eleitos da Assembleia Municipal, lembrou que os mesmos apresentaram justificação para as suas faltas.

A Presidente da Câmara referiu que os documentos remetidos à Assembleia Municipal são, previamente, alvo de aprovação pelo Executivo e, a partir da conclusão da Reunião de Câmara, deixa de ter contacto com os processos, não tendo conhecimento, como é óbvio, do que é remetido ao órgão deliberativo. Sobre o documento que foi enviado à Câmara pelo Eleito Marco Oliveira, informou que o mesmo deu entrada e foi logo remetido aos serviços camarários sem ter sido alvo de despacho do Presidente da Assembleia sendo que, no entanto, o dito documento foi enviado à Divisão Financeira, que procedeu aos esclarecimentos solicitados, razão porque hoje foi entregue.

O Eleito Marco Oliveira perguntou se o empréstimo referido neste Ponto 1 da Ordem de Trabalhos é também destinado a outras obras, sem ser só do Complexo Termal.

A Chefe da Divisão Financeira explicou a questão colocada pelo Eleito Marco Oliveira, referindo que tem a ver com a adjudicação da obra a actos normais, sem as revisões de preços, que são obrigatórias por Lei e que têm a ver com os atrasos nos trabalhos.

O Eleito Marco Oliveira agradeceu as explicações prestadas e enalteceu o excelente trabalho desenvolvido pelos técnicos, que é sempre claro e esclarecedor. Disse que a grande maioria das pessoas que tiveram a ver com o início das termas já quase cá não há nenhuma e foi bom o Dr. Arménio as ter lembrado. Referiu que gostava de saber a opinião da Presidente da Câmara sobre o limite da capacidade de endividamento do Município. Em seu entender, os processos em tribunal têm sido muito penalizadores para o Município de Nisa e, neste campo, acha que esta Câmara tem contribuído muito para isto. Pronunciou-se sobre a grande publicidade que tem sido feita em redor do Complexo Termal da Fadagosa. Nomeadamente aos 65 postos de trabalho que a Presidente da Câmara, em entrevista, disse que iriam ser criados, não compreendendo como é isto possível, face ao número de utentes que se prevê venham a frequentar as Termas da Fadagosa de Nisa.

A Presidente da Câmara respondeu ao Eleito Marco Oliveira, dizendo que, sobre o endividamento, os eleitos têm em seu poder os dados relativos ao mesmo, salientando que este ainda está muito aquém do máximo permitido. Os empréstimos BEI, contraídos para fazer face a obras participadas, gozam de um regime de excepção e não contribuem para o endividamento. Informou que, neste momento, o Município de Nisa não tem processos em tribunal, lembrando que quem dá a posse administrativa dos terrenos não é a Câmara Municipal, mas o Ministério da tutela. Realçou o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores municipais que, face a erros de projecto, conseguiram resolver os problemas a contento e em prol dos interesses do Município. Informou que a revisão de preços ainda pode vir a ser recuperada, pois os fundos comunitários contemplam esta situação, ao contrário do que acontece com os trabalhos a mais. Concorda com o que disse o Eleito Arménio Morais, quando este referiu que temos que ter umas termas de qualidade e que, quando abrirem, que seja com todas as garantias de qualidade e sucesso. Referiu que não pretende tirar o mérito a todos aqueles que, anteriormente, lutaram para que o Concelho de Nisa tivesse um complexo termal de qualidade. Quanto ao número de postos de trabalho que se pretende criar, referiu que o Presidente do Conselho de Administração da TERNISA já explicou este assunto.

O Eleito Marco Oliveira disse que gostava de saber se este empréstimo tem alguma coisa com o troço do caminho municipal entre o Maxial e Arez.

A Presidente da Câmara explicou ao Eleito Marco Oliveira como se pretende proceder à recuperação do troço referido, referindo que a estrada vai ser integrada na candidatura da parte do caminho para o Complexo Termal, a partir do CM1176, bem como outras obras.

O Eleito Marco Oliveira acha que se verificou uma derrapagem nas contas, uma vez que um proprietário vem agora pedir uma verba muito mais alta em relação que era para ser pago com e expropriação amigável.

A Presidente da Câmara referiu que este foi um processo de negociação que não conduziu, embora do mesmo tenha tido conhecimento.

O Eleito Marco Oliveira disse que a discrepância de valores é muito grande e poderia ter sido minorada se tivesse havido uma negociação mais amigável. Perguntou se era este, realmente, o ano de abertura das Termas e porque razão as actuais foram encerradas durante o ano de 2008, nunca se havia visto um procedimento como este e esta atitude pode levar a uma desfidelização de muitos utentes, achando que era importante a presença do Presidente do Conselho de Administração da TERNISA hoje nesta Assembleia, para explicar o que se passou.

O Eleito Arménio Morais referiu que as derrapagens quando são controladas podem resolver-se e há-as em todo o lado, manifestando a sua pena relativamente àquelas que, como a do Fratel, chegaram ao ponto em que hoje estão. Sobre o número de postos de trabalho a criar, disse que ainda não se debruçou mas acha que se forem mais, muito melhor.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal lembrou o início deste processo por, na altura estar na Câmara e já naquele tempo havia dificuldades com os proprietários dos terrenos, situação que se arrastou por demasiado tempo, salientando que, neste momento, o importante é abrir as termas para o bem do Concelho de Nisa.

Depois das intervenções antes descritas e ouvidos os esclarecimentos prestados, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, de posse da Informação/Proposta Nº 16/08, datada do dia 22 de Julho de 2008, da Divisão Financeira, cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente Acta e de que foi remetido um exemplar a todos os Eleitos deste Órgão, submeteu à aprovação do Plenário, a autorização, nos termos do disposto na alínea d) do nº 2 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, para a contracção de um empréstimo de longo prazo para complemento ao investimento do “Centro de Internamento e Balneário do Complexo Termal da Fadagosa de Nisa, até ao valor de 650.000,00€”, o qual foi aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor e cinco abstenções, dando-se preferência à proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, a qual apresenta um spread de 0,70%, acrescido de taxa de juros Euribor a 3 meses e com pagamentos trimestrais.

Os Eleitos da Bancada do Partido Socialista, Marco Oliveira, Joaquim Costa e Adelino Temudo, apresentaram, relativamente ao assunto em análise, a seguinte Declaração de Voto, cujo original fica arquivado em pasta anexa à presente Acta:

“Este pedido de empréstimo para o Complexo Termal da Fadagosa, nesta altura, vem justificar o que sempre foi transmitido pelo PS, considerando todo o investimento uma megalomania a bel-prazer do PCP (CDU), associando-se a outras situações idênticas no Concelho.

O PCP acorrenta-se a este projecto, como sendo o único relevante a apresentar durante todo este mandato.

Tendo como base o investimento em complexos similares do mesmo ramo, o que é efectuado no Complexo Termal da Fadagosa representa praticamente o dobro.

O encerramento das anteriores Termas durante este ano, bem como os prejuízos decorrentes de processos em tribunal tendo como base, por exemplo, a expropriação de terrenos, representam toda uma gestão desconcertada, que em vez de procurarem o desenvolvimento e o progresso deste concelho, simplesmente o hipotecam para as próximas décadas.

Um espaço sem equipamentos montados, sem acessibilidades criadas, que se pretende ver agora inaugurado até ao final de Setembro.

Este aproveitamento eleitoralista de algo tão crucial para o progresso deste concelho, por parte do PCP, não será corroborado pelo Partido Socialista de Nisa.”

Ponto Nº 2 – DF – Deliberação Nº 43/2008

Autorização para a contratação de um empréstimo de longo prazo para complemento ao projecto de “Aquisição de terrenos para o Complexo Termal da Fadagosa de Nisa, até ao valor de 250.000,00€”.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa deu a palavra à Presidente da Câmara, a qual explicou ao Plenário porque razão este processo veio à Sessão da Assembleia, lembrando que o que se pretende é contrair um empréstimo com o qual se possa fazer face ao pagamento dos terrenos destinados ao Complexo Termal da Fadagosa.

O Eleito Marco Oliveira solicitou que lhe informassem a que se destinam estes 250.000,00€.

A Chefe da Divisão Financeira prestou as explicações solicitadas pelo Eleito Marco Oliveira, dizendo que este valor está indicado como sendo “até 250.000,00€”, referindo que tudo depende do que o tribunal mandar pagar.

Depois das intervenções antes descritas e ouvidos os esclarecimentos prestados, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, de posse da Informação/Proposta Nº 17/08, datada do dia 22 de Julho de 2008, da Divisão Financeira, cuja cópia fica arquivada em pasta anexa á presente Acta e de que foi remetido um exemplar a todos os Eleitos deste Órgão, submeteu à aprovação do Plenário, a autorização, nos termos do disposto na alínea d) do nº 2 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, para a contracção de um empréstimo de longo prazo para complemento ao projecto para “Aquisição de Terrenos para o Complexo Termal da Fadagosa de Nisa, até ao valor de 250.000,00€”, o qual foi aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor e cinco abstenções, dando-se preferência à proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, com um spread de 0,67%, acrescido de taxa de juros Euribor a 3 meses e com pagamentos trimestrais.

Os Eleitos da Bancada do Partido Socialista, Marco Oliveira, Joaquim Costa e Adelino Temudo, apresentaram, relativamente ao assunto em análise, a seguinte Declaração de Voto, cujo original fica arquivado em pasta anexa á presente Acta:

“Este pedido de empréstimo para o Complexo Termal da Fadagosa, nesta altura, vem justificar o que sempre foi transmitido pelo PS, considerando todo o investimento uma megalomania a bel-prazer do PCP (CDU), associando-se a outras situações idênticas no Concelho.

O PCP acorrenta-se a este projecto, como sendo o único relevante a apresentar durante todo este mandato.

Tendo como base o investimento em complexos similares do mesmo ramo, o que é efectuado no Complexo Termal da Fadagosa representa praticamente o dobro.

O encerramento das anteriores Termas durante este ano, bem como os prejuízos decorrentes de processos em tribunal tendo como base, por exemplo, a expropriação de terrenos, representam toda uma gestão desconcertada, que em vez de procurarem o desenvolvimento e o progresso deste concelho, simplesmente o hipotecam para as próximas décadas.

Um espaço sem equipamentos montados, sem acessibilidades criadas, que se pretende ver agora inaugurado até ao final de Setembro.

Este aproveitamento eleitoralista de algo tão crucial para o progresso deste concelho, por parte do PCP, não será corroborado pelo Partido Socialista de Nisa.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa agradeceu a presença e disponibilidade da Drª Graça Sales, Chefe da Divisão Financeira.

Ponto Nº 3 – GAP – Deliberação Nº 44/2008

Celebração de Acordo Intermunicipal de Cooperação com o Município do Tarrafal, em Cabo Verde.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa deu a palavra à Vereadora Fátima Moura, a qual fez uma apresentação do assunto em apreciação, uma vez que o mesmo foi conduzido por si, referindo que este processo já vem de longe, pois já há contactos com o Município do Tarrafal há muitos anos, lembrando que as primeiras abordagens foram feitas ainda no tempo do anterior Presidente da Câmara e a testemunhar este facto, o crescente número de alunos do Arquipélago de Cabo Verde que frequentam a ETAPRONI.

O Eleito Arménio Morais referiu que concordava com tudo o que se possa fazer com os PALOP e também com outras localidades onde haja emigrantes, pensando que não se

pode andar a fazer acordos de geminação só por fazer, para depois não funcionarem. Acha bonitos que se ajudem pessoas que tenham dificuldades, recordando, no entanto, que em Nisa também há pessoas que as têm e que estas também merecem o nosso auxílio, até porque são munícipes que pagam os seus impostos e que, por vezes, são tão esquecidas. Perguntou o porquê de um acordo de colaboração com o Tarrafal. Pensa que em situações como esta, não se deve por uma carga política à volta de destes assuntos e não haver, somente, uma conotação com o Partido Comunista, pois o Tarrafal foi um marco na luta anti-fascista em Portugal e um orgulho para todos os amantes da liberdade, onde foram encerrados muitos presos políticos e nem todos eram do PCP, referindo que, quem vê isto, não pode deixar de notar uma carga política demasiado grande e, sendo um acordo intermunicipal, porque não aparece aqui o Município de Portalegre? Será por ser do PSD? Disse que o Tarrafal, como localidade, não é quase nada mas como lembrança histórica, vale por milhares. Acha que os alunos cabo-verdianos que cá estão devem ser apoiados, só não gostava era de ver o termo “Tarrafal” banalizado devido à carga política já referida e que parece imperar neste acordo de colaboração.

O Eleito Marco Oliveira perguntou se o documento que foi disponibilizado é o que vai ser presente nas outras Câmaras, tendo-lhe sido respondido que sim. Referiu que, neste momento, temos outras ligações com o exterior que não estão a funcionar, temendo que este possa vir a ser mais um.

A Eleita Florinda Fortunato apresenta um protesto à Mesa, insurgindo-se contra o facto de não poder intervir pela ordem correcta em que pediu a palavra, pedindo mais atenção aos membros da Mesa, pois já é a terceira vez que acontece nesta Assembleia Municipal.

O Presidente da Mesa da Assembleia pede desculpa à Eleita Florinda Fortunato mas não viu o seu gesto de pedido de uso da palavra, solicitando que, de futuro, a mesma manifeste a sua intenção de forma mais clara.

A Eleita Florinda Fortunato aludiu à colaboração que irá ser prestada em várias áreas, perguntando, objectivamente, qual irá ser a colaboração com o Município do Tarrafal.

O Eleito Arménio Morais referiu que, com a sua intervenção, não quer por em causa o trabalho desenvolvido pelo Município de Nisa neste sentido, perguntando porque razão não se faz o mesmo, por exemplo, com Peniche e Caxias, que também foram dois pólos importantes no combate ao fascismo.

A Vereadora Fátima Moura referiu que isto não teve nada a ver com qualquer intuito político e vem na sequência de trabalhos feitos e desenvolvidos com os outros municípios. Deu testemunho da emoção que experimentou ao visitar o Tarrafal, devido às dificuldades que ali se vivem, pois as carências são muitas e a quase todos os níveis. Disse que todos os projectos que vierem a realizar-se terão que ter o acordo comum de todos os municípios integrantes e, neste leque, há-os de todos os quadrantes políticos. Relativamente ao que se passou com a visita da delegação de Saché, disse que eles vieram cá para fazerem só um jogo de futebol, a convite dos Veteranos do Sport Nisa e Benfica e que a Câmara não teve conhecimento, atempadamente, da situação. Quanto aos processos de geminação com os franceses, referiu que o descontentamento é muito, de parte a parte mas que se está a trabalhar na sua revitalização e quando houver alguma coisa de concreto, a informação será presente à Assembleia Municipal.

A Presidente da Câmara informou que, sobre a questão do Tarrafal, o início de todo este processo foi a apresentação, por parte das autoridades Cabo-Verdianas, de sugestões de colaboração e trabalho, sendo que, de há alguns anos para cá, a Câmara Municipal de Nisa tem prestado um valioso auxílio aos alunos oriundos daquele país e que frequentam a ETAPRONI. Referiu que a autarquia nisense não faz acordos de geminação para se andar a passear, como já aconteceu noutros tempos. Sobre as outras geminações

com as quais o Concelho de Nisa mantém relações, disse que não gosta de ser tratada, e com ela a nossa vila, como uma “subdesenvolvida” e não compreende como é que, com tantos anos de geminação, os franceses ainda nem conhecem o nosso sistema de administração autárquica.

O Eleito Arménio Morais referiu que a Presidente da Câmara não sabe que, quando se criou o processo de geminação com Azay-le-Rideau, eles nem sequer sabiam o que era Nisa, qual a nossa constituição política e que era uma vila e um concelho onde quase toda a população era servida por água canalizada e tinha redes de esgotos e de electricidade, tudo isto na altura em que os acordos foram feitos, porque depois, com o andar dos tempos e com os contactos e visitas que se foram estabelecendo, quase logo desde a primeira vez que cá vieram, a opinião deles mudou muito e para melhor e, pelos vistos, a Presidente da Câmara é que parece que não conhece a realidade francesa. Azay-le-Rideau tem um edifício camarário que mete o de Nisa a um canto, tanto em arquitectura, como em higiene, salubridade e muitas mais coisas. Dos contactos que mantém com muitos amigos que lá fez, os mesmos estão fartos de perguntar porque razão a geminação, que parou, não avança. Com todos estes processos de geminação, a integração dos emigrantes nisenses, passou a ser diferente e começámos a ser olhados de outra forma que não éramos até então. Referiu que nós devemos muito aos emigrantes pois, se agora há os subsídios comunitários, dantes havia as reservas que eles para cá enviavam e há que ter muito respeito por isto. Sobre o Tarrafal, disse que estamos a falar de uma localidade e não de um território e, como já o disse e reafirma, acha que isto tem uma carga política/partidária demasiadamente conotada com o Partido Comunista Português.

O Eleito Marco Oliveira acha que a Presidente da Câmara de Nisa não agiu com a maior correcção ao dirigir-se aos municípios franceses com quem temos mantido relações, pensando que a mesma deverá deixar as suas opiniões pessoais e remeter-se à situação de presidente da câmara. Referiu uma situação passada com um grupo de amigos que se deslocou de Joué-le-Tours a Nisa para participar num torneio de futebol e não se verificou, nem a presença da Presidente da Câmara, nem da Vereadora do Pelouro, neste caso também Vice-Presidente, para os receber. Disse que, em África, existem muitos outros locais com as mesmas dificuldades do Tarrafal.

A Eleita Florinda Fortunato refere que tudo o que foi já feito e o que está para fazer-se, tem a ver, como grande objectivo, que os naturais de Cabo-Verde venha para Portugal para se poderem valorizar e aplicar, depois, os seus conhecimentos na sua terra natal e nem sempre se faz um esforço no sentido de os apoiar.

O Eleito Joaquim Marques fez um relato pormenorizado das experiências que viveu em Cabo Verde, no âmbito de uma acção de auxílio às populações do Arquipélago, explicando as condições que encontrou quando lá se deslocou pela primeira vez. Sobre o acordo em questão, acha que tudo o que puder ser feito em prol dos cabo-verdianos, na sua terra, é vantajoso para todos.

Depois das intervenções antes descritas e ouvidos os esclarecimentos prestados, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, de posse da Proposta Nº 36/2008, datada do dia 4 de Agosto de 2008, do Gabinete de Apoio Pessoal, cuja cópia fica arquivada em pasta anexa á presente Acta e de que foi remetido um exemplar a todos os Eleitos deste Órgão, submeteu à aprovação do Plenário, a celebração de “Acordo Intermunicipal de Cooperação com o Município do Tarrafal, em Cabo Verde”, conjuntamente com os Municípios da Amadora, Fundão, Grândola, Marinha Grande, Moita, Montemor-o-Novo, Setúbal e Vila Real de Santo António, vindo o mesmo a ser aprovado por maioria, com treze votos a favor, dois votos contra e duas abstenções, sendo que os Eleitos José Barreto, Artur Dias, António Costa e Ilda Pires, não participaram na votação por se encontrarem, na altura, ausentes da sala.

Na sequência do assunto em discussão e análise, o Eleito Marco Oliveira apresentou um requerimento à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando que o mesmo fosse endereçado à Câmara, a fim de obter uma resposta às perguntas que a seguir se transcrevem:

1. *Quais são as actuais Geminações reais e efectivas do Município de Nisa com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países?*
2. *Quais as últimas actividades que ocorreram em relação a cada uma delas e em que datas?"*

Ponto Nº 4 – SAA – Deliberação Nº 45/2008

Justificação de faltas de Eleitos a Sessões da Assembleia Municipal de Nisa.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, a Assembleia Municipal de Nisa deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos Eleitos João Eduardo Miguéns Serralha (por se encontrar ausente da área do Concelho de Nisa, em gozo de férias), Gilberto Mourato Canilhas Manteiga (devido a problemas de saúde de um familiar), João Carlos Nabais Pinto (por motivos de ordem profissional) e José Lopes Duarte Baião (por motivos de ordem pessoal), à Sessão de hoje, os quais apresentaram pedido de justificação por escrito.

Não participaram na votação, os Eleitos José Manuel Barreto, Artur da Rosa Dias, António dos Remédios da Costa e Ilda Maria Pires, por se encontrarem ausentes da sala.

Ponto Nº 5 – SAA – Deliberação Nº 46/2008

Aprovação, em Minuta, das Deliberações que antecedem.

Aprovar, por unanimidade, em Minuta e para efeitos imediatos, todas as Deliberações que antecedem, nos termos e para cumprimento do que dispõe o nº 3 e 4 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, podendo as mesmas adquirir a eficácia prevista no nº 4 do já antes citado artigo.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO.

A presente Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Municipal de Nisa foi encerrada pelo Presidente da respectiva Mesa, conforme o previsto na alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, quando eram dezoito horas e vinte minutos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta, constituída por oito folhas numeradas e rubricadas, que vai ser assinada nos termos do nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e desta mesma Sessão, Sr. José da Cruz Curado Polido e por mim, António Maria Curado Carrasco, Chefe da Secção de Administração e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.

O PRESIDENTE DA SESSÃO,

O CHEFE DA S.A.A.,

(José da Cruz C. Polido / Pres. da Mesa da Ass. Mun.)

(António Maria Curado Carrasco / Secretário)

MUNICÍPIO DE NISA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NISA	
Acta presente em Sessão _____,	
realizada do dia ____/____/____ e aprovada por	
_____, conforme Deliberação Nº ____/_____.	
- Favor:	
- Abstenção:	- Contra: